

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

Capítulo 1

DA CONCEITUAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E DA REALIDADE FÁTICA DO DEPARTAMENTO DE COMPLIANCE	23
1.1. Conceito de <i>compliance</i>	24
1.2. <i>Compliance</i> nos EUA e o desenvolvimento de marcos internacionais	34
1.3. <i>Compliance</i> no Brasil.....	53
1.4. Dos problemas enfrentados pelas empresas brasileiras.....	65

Capítulo 2

ASPECTOS TEÓRICOS APLICÁVEIS AO <i>COMPLIANCE</i>	75
2.1. Teoria dos <i>stakeholders</i> e a teoria da maximização do valor “iluminada”	77
2.2. A aplicação dos preceitos para a alta gestão da teoria dos problemas e dos custos da agência e da teoria do conselho amigável	89
2.3. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	105
2.3.1. Teoria da State Action	109
2.3.2. Aspectos Iniciais sobre a Possibilidade da Incidência dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas	113
2.3.3. Teoria da Eficácia Horizontal Mediata ou Indireta dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas.....	116
2.3.4. Teoria da Eficácia Direta e Imediata dos Direitos Fundamentais na Esfera das Relações Privadas	120
2.4. Dos princípios a serem observados para a atuação do <i>compliance</i>	135

Capítulo 3

ESTRUTURAÇÃO DO <i>COMPLIANCE</i> CORPORATIVO À LUZ DOS PRINCÍPIOS	139
3.1. Autônomo, mas não independente.....	146

3.2. Compromisso recíproco entre a alta gestão e o <i>compliance</i>	150
3.2. Cultura de conformidade empresarial.....	163
3.4. Departamento jurídico e o <i>compliance</i>	169
3.5. Treinamentos.....	176
3.6. Código de ética e conduta	186

Capítulo 4

PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO INTERNA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS PROPOSTOS	199
4.1. Das bases jurídicas da investigação interna	200
4.2. Mecanismos de identificação de inconformidade.....	211
4.3. Do canal de denúncia	214
4.4. Da auditoria.....	221
4.5. Investigação corporativa defensiva	237
4.6. Processo corporativo disciplinar.....	240
4.7. Da sanção	266
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 277
Referências Bibliográficas.....	281
Fontes	305